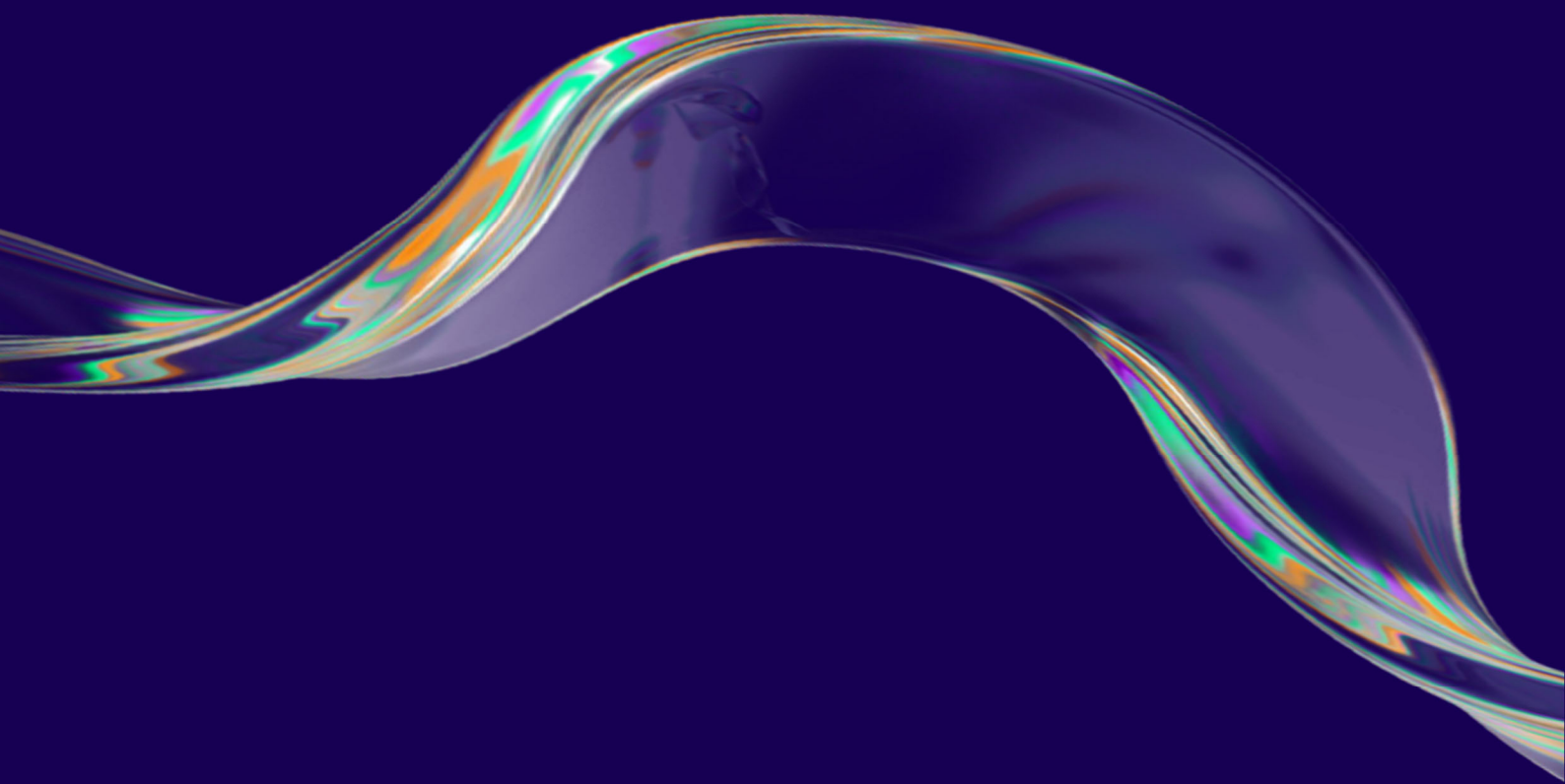


Tucano Holding III S.A.



**Demonstrações financeiras
consolidadas e individuais em 31 de
dezembro de 2025**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Tucano Holding III S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Tucano Holding III S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

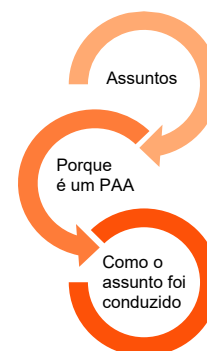
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Transações com partes relacionadas

Chamamos atenção para as Notas 5 e 17 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve que as controladas da Companhia mantêm um elevado grau de dependência com parte relacionada. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Reconhecimento da receita (Nota 5)</p> <p>Conforme descrito na Nota 5, a receita das controladas decorre da geração e venda de energia elétrica, cujo reconhecimento ocorre quando a obrigação contratual de entregar energia é satisfeita e o valor da venda pode ser mensurado de forma confiável.</p> <p>O processo de receita ainda inclui a mensuração da receita não faturada ao cliente, relacionada ao fornecimento de energia elétrica, calculada em base estimada, até 31 de dezembro de 2025, utilizando determinadas premissas oriundas dos contratos de venda de energia.</p> <p>Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista o risco inerente envolvendo o reconhecimento da receita em período distinto daquele em que a obrigação de desempenho foi atendida e a utilização de premissas e critérios subjetivos nas estimativas de receitas não faturadas.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <p>Avaliação do desenho e da implementação dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre o reconhecimento da receita;</p> <p>Confronto dos saldos contábeis com os arquivos fiscais de faturamento;</p> <p>Recálculo, em base amostral, dos contratos, considerando volume e preço contratados;</p> <p>Teste, em base amostral, do recebimento subsequente das vendas do exercício;</p> <p>Leitura das divulgações apresentadas em notas explicativas.</p> <p>Consideramos que as premissas e critérios adotados pela administração são consistentes com as divulgações em notas explicativas e as informações obtidas em nossos trabalhos.</p>



Tucano Holding III S.A.

Outros assuntos - Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 26 de março de 2025, sem ressalvas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Tucano Holding III S.A.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.


Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.



Tucano Holding III S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de março de 2026


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Luciano Jorge Moreira Sampaio Júnior
Contador CRC 1BA018245/O-1

Índice

Demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Demonstração do resultado	3
Demonstração do resultado abrangente	4
Demonstração dos fluxos de caixa	5
Balanco patrimonial	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

1	Considerações gerais.....	4
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis	7
3	Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB.....	10
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	10
5	Receita.....	10
6	Custos e despesas.....	11
7	Resultado financeiro líquido	11
8	Caixa e equivalentes de caixa	12
9	Aplicações financeiras	12
10	Fundo de liquidez – conta reserva	13
11	Contas a receber de clientes	14
12	Investimentos.....	15
13	Imobilizado	15
14	Financiamentos e debêntures.....	15
15	Obrigações com desmobilização de ativos.....	15
16	Partes relacionadas	16
17	Imposto de renda e contribuição social	18
18	Patrimônio líquido.....	22
19	Instrumentos financeiros e gestão de risco	24

Tucano Holding III S.A.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2025	Consolidado 2024	2025	Controladora 2024
Receita líquida	5	128.613	110.026	-	-
Custo com energia elétrica	6	(36.936)	(24.083)	-	-
Custo com operação	6	(36.252)	(37.369)	-	-
Lucro bruto		55.425	48.574	-	-
Despesas operacionais					
Gerais e administrativas	6	(1.356)	(2.591)	(97)	(307)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	6	(479)	(419)	-	(13)
		(1.835)	(3.010)	(97)	(320)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		53.590	45.564	(97)	(320)
Equivalência patrimonial	12(a)	-	-	25.194	14.187
		-	-	25.194	14.187
Resultado financeiro líquido	7				
Receitas financeiras		11.964	9.743	3.331	2.122
Despesas financeiras		(57.186)	(63.820)	(27.090)	(30.267)
		(45.222)	(54.077)	(23.759)	(28.145)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		8.368	(8.513)	1.338	(14.278)
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	18	(7.030)	(7.462)	-	-
Diferidos	18	(1)	1.696	(1)	(1)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		1.337	(14.279)	1.337	(14.279)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Tucano Holding III S.A.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	1.337	(14.279)	1.337	(14.279)
Resultado abrangente do exercício	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	1.337	(14.279)	1.337	(14.279)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Tucano Holding III S.A.
Balanco Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		8.368	(8.513)	1.338	(14.278)
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa					
Juros e variações monetárias		51.401	54.777	26.800	29.462
Depreciação e amortização	6	32.719	25.177	-	-
Baixa de intangível		507	-	-	-
Apropriação de custos de captações	7	649	980	537	797
Rendimentos sobre fundo de reserva		(1.968)	(1.005)	(511)	(3)
Ajuste a valor presente sobre obrigações com desmobilização de ativos	7	190	-	-	-
Ajuste a valor presente dos arrendamentos	14 (b)	1.619	1.643	-	-
		94.395	73.969	2.970	881
Decréscimo (acrécimo) em ativos					
Contas a receber de clientes		(10.105)	(1.647)	-	-
Tributos a recuperar		(1.166)	2.242	(1.522)	2.128
Demais créditos e outros ativos		1.637	55.302	735	1.040
Fornecedores		(6.539)	4.461	2	(43)
Tributos a recolher		(2.077)	6.341	5	886
Partes relacionadas		(1.554)	(2.564)	(14)	7
Demais obrigações e outros passivos		(812)	(920)	3	3
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações		73.779	137.184	2.179	4.902
Juros pagos sobre financiamentos	15 (c)	(42.767)	(34.621)	(17.191)	(9.319)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	14 (b)	(1.619)	(1.643)	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		(5.305)	(16.803)	-	(895)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais		24.088	84.117	(15.012)	(5.312)
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Resgate (aplicação) de aplicações financeiras		(9.915)	-	(974)	-
Resgate (aplicação) de conta reserva		730	-	511	-
Resgate (aplicação) de cauções e depósitos judiciais		(4)	110	(4)	-
Aquisição de imobilizado e intangível		-	(38.498)	-	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		(9.189)	(38.388)	55.687	23.432
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Adição de custos com captação		(416)	(3)	(417)	-
Liquidação de financiamentos	15 (c)	(29.796)	(35.261)	(14.268)	(24.086)
Liquidação de arrendamentos	14 (b)	(192)	(403)	-	-
Pagamento de dividendos	1.1.1 (c)	(38.649)	-	(38.649)	-
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		(69.053)	(35.667)	(53.334)	(24.086)
Acrécimo (decrécimo) em caixa e equivalentes de caixa		(54.154)	10.062	(12.659)	(5.966)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		97.391	87.329	17.293	23.259
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		43.237	97.391	4.634	17.293

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Tucano Holding III S.A.
Balço Patrimonial
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	43.237	97.391	4.634	17.293
Aplicações financeiras	9	10.505	-	974	-
Contas a receber de clientes	11	20.095	9.990	-	-
Tributos a recuperar		3.272	2.106	1.522	-
Dividendos a receber	17	-	-	24.798	45.004
Cauções e depósitos judiciais		40	36	40	36
Outros ativos		882	1.684	-	-
		<u>78.031</u>	<u>111.207</u>	<u>31.968</u>	<u>62.333</u>
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Fundo de liquidez - Conta reserva	10	11.164	9.926	-	-
Outros ativos		272	1.107	-	735
		<u>11.436</u>	<u>11.033</u>	<u>-</u>	<u>735</u>
Investimentos					
Investimentos	12	-	-	395.405	406.159
Imobilizado	13	691.797	719.230	-	-
Intangível		27.106	28.645	-	-
Direito de uso sobre contratos de arrendamento	14 (a)	10.844	11.293	-	-
		<u>729.747</u>	<u>759.168</u>	<u>395.405</u>	<u>406.159</u>
Total do ativo		<u>819.214</u>	<u>881.408</u>	<u>427.373</u>	<u>469.227</u>
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Financiamentos e debêntures	15	42.156	38.838	24.148	21.831
Fornecedores		12.530	18.948	3	1
Arrendamentos	14 (b)	212	193	-	-
Tributos a recolher		1.205	1.251	4	-
Partes relacionadas	17	-	844	-	7
Dividendos a pagar	17	1.270	-	1.270	-
Provisão para litígios		-	36	-	36
Outros passivos		66	514	-	1
		<u>57.439</u>	<u>60.624</u>	<u>25.425</u>	<u>21.876</u>
Não circulante					
Financiamentos e debêntures	15	547.712	571.913	221.980	228.836
Arrendamentos	14 (b)	17.281	17.492	-	-
Tributos a recolher		1	-	1	-
Partes relacionadas	17	3.798	4.508	33	40
Imposto de renda e contribuição social diferidos		3	310	3	2
Obrigações com desmobilização de ativos	16	13.049	7.720	-	-
Provisões para litígios		40	-	40	-
Outros passivos		-	368	-	-
		<u>581.884</u>	<u>602.311</u>	<u>222.057</u>	<u>228.878</u>
Total do passivo		<u>639.323</u>	<u>662.935</u>	<u>247.482</u>	<u>250.754</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	19	176.935	176.935	176.935	176.935
Reservas de lucros		2.956	41.538	2.956	41.538
Total do patrimônio líquido		<u>179.891</u>	<u>218.473</u>	<u>179.891</u>	<u>218.473</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>819.214</u>	<u>881.408</u>	<u>427.373</u>	<u>469.227</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Tucano Holding III S.A.
Demonstração das movimentações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio Líquido
		Capital social	Reserva Legal	Reserva de investimento		
Em 1º de janeiro de 2024		176.935	2.889	25.488	-	205.312
Prejuízo do exercício		-	-	-	(14.279)	(14.279)
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	(14.279)	(14.279)
Demais mutações patrimoniais do exercício						
Reversão dos saldos declarados de dividendos		-	-	27.440	-	27.440
Destinação do resultado do exercício						
Absorção de prejuízo do exercício		-	-	(14.279)	14.279	-
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		-	-	13.161	14.279	27.440
Em 31 de dezembro de 2024		176.935	2.889	38.649	-	218.473
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.337	1.337
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	1.337	1.337
Destinação do resultado do exercício						
Distribuição de dividendos intermediários	19 (b)	-	-	(38.649)	-	(38.649)
Constituição de reserva legal	19 (b)	-	67	-	(67)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	19 (b)	-	-	-	(1.270)	(1.270)
Contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas		-	67	(38.649)	(1.337)	(39.919)
Em 31 de dezembro de 2025		176.935	2.956	-	-	179.891

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

1 Considerações gerais

A Tucano Holdings III S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), é uma companhia de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo – SP. A Companhia tem como objeto social participar, direta ou indiretamente, no capital de outras sociedades como acionista, quotista, por meio de outras modalidades de investimento, como subscrição ou aquisição de debêntures, bônus de subscrição ou partes beneficiárias, ou ainda por qualquer outra forma admitida em lei, que atuem na área de geração de energia elétrica em todas as suas formas, bem como na comercialização de energia elétrica proveniente das unidades produtoras de energia eólica.

A Companhia é controlada diretamente pela Tucano Holding I S.A. ("Tucano Holding I") e pela Unipar Carbocloro S.A. ("Unipar").

A Companhia possui unidades produtoras de energia eólica, compostas de três parques, sendo Tucano F6, Tucano F7 e Tucano F8. Os parques eólicos controlados pela Tucano Holdings III foram liberados para operação comercial e iniciaram o atendimento dos seus contratos de fornecimento de energia a partir de janeiro de 2023. O contrato de compra e venda de energia é firmado com a Unipar Carbocloro S.A., e possui vigência de 35 anos, com 155 MW de capacidade instalada e 73,7 MWh de garantia física de energia.

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

1.1.1 Principais eventos societários

(a) Movimentação de capital em controladas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas as movimentações de capital das controladas, conforme tabela a seguir:

Controladas	Capital social das controladas em		
	2024	Redução	2025
Tucano F6 Geração de Energia SPE S.A.	119.207	(2.400)	116.807
Tucano F7 Geração de Energia SPE S.A.	134.060	(6.950)	127.110
Tucano F8 Geração de Energia SPE S.A.	119.207	(1.800)	117.407
	372.474	(11.150)	361.324

(b) Recebimento de dividendos

Investidas	Provisionados em 31/12/2024	Mínimos obrigatórios	Recebidos	Saldo em 31/12/2025
Tucano F6 Geração de Energia SPE S.A.	15.271	5.490	(15.271)	5.490
Tucano F7 Geração de Energia SPE S.A.	16.462	10.823	(16.462)	10.823
Tucano F8 Geração de Energia SPE S.A.	13.271	8.485	(13.271)	8.485
	45.004	24.798	(45.004)	24.798

- (i) Em 13 de janeiro de 2025, a Companhia recebeu dividendos das suas controladas no montante de R\$ 30.662.
- (ii) Em 24 de setembro de 2025, a Companhia recebeu dividendos das suas controladas no valor de R\$ 14.342, que estavam provisionados em 31 de dezembro de 2024.

(c) Dividendos pagos e deliberados

Em 24 de junho de 2025, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de dividendos intermediários no montante total de R\$ 38.649 à conta de reservas de investimento, sendo R\$ 19.323 destinados à Tucano Holding I S.A. e R\$ 19.323 à Unipar Carbocloro S.A., com pagamento realizado em 17 de novembro de 2025.

1.1.2 Principais eventos operacionais

(a) Efeitos da promulgação da Lei nº 15.269/2025 sobre as operações de geração de energia

Em 24 de novembro de 2025 foi sancionada a Lei nº 15.269/2025 (convertida da Medida Provisória nº 1.304/2025), que moderniza o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, trazendo alterações relevantes relacionadas à modicidade tarifária, segurança energética, regulamentação do armazenamento de energia e abertura total do mercado.

A seguir, destacam-se os pontos mais relevantes da Lei, com potencial impacto sobre as operações da Companhia na condição de geradora:

- Ajustes relacionados ao *curtailment* (cortes de geração) de geração eólica:

Possibilidade de reconhecimento integral dos cortes elétricos (indisponibilidade externa e confiabilidade) ocorridos antes da publicação da Lei, mediante a assinatura de um Termo de Compromisso junto ao Governo Federal, bem como, compensação parcial pelos cortes ocorridos após a publicação da Lei, considerando compensação integral dos cortes por restrições elétricas de indisponibilidade externa e a compensação com algumas restrições para confiabilidade e sobreoferta desde que a geração não possa ser alocada na carga, condicionada à definição de critérios e regulamentação do tema ao longo de 2026.

O Ministério de Minas e Energia iniciou a discussão do tema por meio da Consulta Pública Nº 210, que deverá estabelecer o Termo de Compromisso aplicável à compensação dos cortes mencionados.

- Regras de autoprodução e equiparação:

A Lei impõe critérios mais rígidos para equiparação de consumidores a autoprodutores, exigindo demanda agregada mínima de 30.000 kW (3.000 kW por unidade) e participação societária relevante do consumidor na geradora (mínimo de 30% em estruturas com ações preferenciais com maior peso econômico).

A alteração não fere os direitos adquiridos e projetos em andamento são preservados, respeitadas as condições de transição impostas na própria Lei como prazo para finalização de estruturas societárias.

- Possibilidade de renovação de concessões hidrelétricas:

A Lei autoriza a prorrogação das concessões e a licitação de usinas hidrelétricas com capacidade instalada superior a 50 MW e outorgadas antes de 11 de dezembro de 2003, por períodos de até 30 anos, a critério do Poder Concedente.

Até a data de elaboração destas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não tem elementos suficientes para reconhecer qualquer ativo relacionado ao assunto, pois, entre outros, grande parte das disposições dependem de regulamentação complementar do órgão regulador, incluindo os temas relacionados aos cortes de geração.

A Companhia continuará monitorando atentamente o desdobramento regulatório e divulgará informações adicionais quando houver impacto relevante sobre seus resultados, fluxos de caixa ou posição financeira.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

(a) Demonstrações financeiras consolidadas e individuais

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram preparadas tomando-se por base as práticas contábeis adotadas no Brasil, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*Internacional Financial Reporting Standards* (“IFRS”)) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”) (atualmente denominadas “normas contábeis IFRS”) incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee “IFRIC”, ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 13 de março de 2026.

2.2 Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, exceto no caso de certos ativos e passivos financeiros, ajustes para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

Algumas notas explicativas presentes nestas demonstrações contábeis sofreram alterações de apresentação para garantir e assegurar a comparabilidade e transparência das informações financeiras, considerando todas as mudanças estruturais decorrentes do processo de harmonização das práticas contábeis adotadas pela Companhia.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas é o Real (R\$).

2.4 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes.

(a) Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controladas da Companhia são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(b) Empresas controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas

Controladas	Percentual do capital total e votante		Localização da sede	Atividade principal
	2025	2024		
Tucano F6 Geração de Energias SPE S.A	100%	100%	Bahia - Brasil	Geração eólica
Tucano F7 Geração de Energias SPE S.A	100%	100%	Bahia - Brasil	Geração eólica
Tucano F8 Geração de Energias SPE S.A	100%	100%	Bahia - Brasil	Geração eólica

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB**(a) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas em 2025**

A Companhia analisou as emendas às normas, interpretações e alterações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, e não identificou impactos relevantes na preparação das demonstrações financeiras do período corrente e futuros.

(b) Novas normas, regulamentações emitidas e emendas às normas contábeis e tributárias ainda não vigentes

Novas normas, alterações às normas contábeis e novas legislações foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o período findo em 2025 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia. A Companhia está em processo de avaliação dos requerimentos e dos potenciais impactos decorrentes da adoção das novas normas e alterações listadas a seguir, cuja vigência se dará nos próximos períodos anuais:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos referenciados à eletricidade dependente da natureza	Permite que empresas apliquem a exceção do “ <i>own use</i> ” para certos PPAs (energia renovável). Além disso, flexibiliza “ <i>hedge accounting</i> ” para certos PPAs que não atendam a exceção de “ <i>own use</i> ”.	1º de janeiro de 2026
Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo <i>International Sustainability Standard Board</i> (“ISSB”) – IFRS 1 e IFRS 2	Estabelece requisitos gerais para que as empresas divulguem informações sobre riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade.	1º de janeiro de 2026
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.	1º de janeiro de 2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	1º de janeiro de 2027

Reforma tributária:

A Emenda Constitucional nº 132/2023 e a Lei Complementar nº 214/2025 instituíram a Reforma Tributária sobre o consumo, com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirão gradualmente tributos como ICMS, ISS, PIS e COFINS.

A partir de 2026, inicia-se o período de transição para o novo modelo tributário, sendo este exercício considerado como ano de transição (ano teste), conforme previsto nas regulamentações vigentes. Importante destacar que, durante esse período, não haverá efeitos imediatos sobre as bases de apuração de tributos nem sobre as demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que será utilizado exclusivamente para fins de simulação e adaptação aos novos modelos de escrituração e apuração.

A Companhia tem acompanhado de forma contínua os desdobramentos da regulamentação com o objetivo de avaliar os potenciais impactos da Reforma Tributária sobre sua estrutura societária, operações e eventuais mudanças que possam afetar a atividade empresarial a partir de sua implementação.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota	Conta Contábil
12	Investimentos
13	Imobilizado
16	Obrigações com desmobilização de ativos

5 Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo.

As controladas da Companhia seguem a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenhos previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que uma entidade deve reconhecer receita quando a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

O reconhecimento contábil da receita é resultante da estimativa dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Venda de energia

Os contratos de venda de energia das controladas da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema interligado nacional (SIN).

Energia de curto prazo – CCEE: decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as disparidades entre recursos e requisitos de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”).

	Nota	Consolidado	
		2025	2024
Receita bruta			
Venda de energia			
Partes relacionadas	17	128.685	109.186
Lucro cessante		-	328
Energia de curto prazo – CCEE		7.882	5.378
		<u>136.567</u>	<u>114.892</u>
Deduções sobre a receita bruta			
PIS e COFINS sobre receitas operacionais		(4.959)	(4.062)
ICMS sobre receitas operacionais		(2.152)	-
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(843)	(804)
		<u>(7.954)</u>	<u>(4.866)</u>
Receita líquida		<u>128.613</u>	<u>110.026</u>

6 Custos e despesas

	Custo com		Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	Consolidado	
	energia elétrica	operação			Total	Total
Energia comprada	(27.514)	-	-	-	(27.514)	(14.871)
Encargos de uso da rede elétrica	(9.422)	-	-	-	(9.422)	(9.212)
Depreciação e amortização	-	(32.585)	(134)	-	(32.719)	(25.177)
Amortização de mais-valia	-	(910)	-	-	(910)	(910)
Materiais	-	222	-	-	222	(82)
Materiais	-	222	-	-	222	(82)
Serviços	-	(3.867)	(252)	-	(4.119)	(11.405)
Serviços de operação e manutenção	-	(1.323)	-	-	(1.323)	(7.219)
Serviços de terceiros	-	(491)	(252)	-	(743)	(854)
Serviços de manutenção e conservação	-	(110)	-	-	(110)	-
Serviço de terceiros com partes relacionadas	-	(1.943)	-	-	(1.943)	(3.332)
Outros	-	(924)	(970)	-	(1.894)	(2.386)
Aluguéis e arrendamentos	-	(818)	-	-	(818)	-
Seguros	-	-	(827)	-	(827)	(2.131)
Impostos, taxas e contribuições	-	(106)	(105)	-	(211)	(255)
Outros custos e despesas líquidas	-	-	(38)	-	(38)	-
Demais (despesas) receitas	-	1.812	-	(479)	1.333	(419)
Outras (despesas) receitas líquidas	-	1.812	-	28	1.840	(419)
Baixa de imobilizado, intangível e arrendamentos	-	-	-	(507)	(507)	-
		<u>(36.936)</u>	<u>(1.356)</u>	<u>(479)</u>	<u>(75.023)</u>	<u>(64.462)</u>

7 Resultado financeiro líquido

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras					
Rendimentos sobre equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva		12.033	9.665	3.419	2.040
Juros sobre ativos financeiros		66	-	-	-
(-) PIS e COFINS sobre resultado financeiro		(198)	(103)	(187)	(103)
Outras receitas financeiras		63	181	99	185
		<u>11.964</u>	<u>9.743</u>	<u>3.331</u>	<u>2.122</u>
Despesas financeiras					
Juros sobre financiamentos	15(c)	(40.851)	(43.426)	(16.204)	(17.932)
Atualização monetária sobre financiamentos	15(c)	(10.596)	(12.331)	(10.596)	(12.331)
Atualização monetária sobre provisão para litígios		(4)	(4)	(4)	(4)
Apropriação dos custos de captações	15(c)	(649)	(271)	(537)	-
Ajuste a valor presente e atualização monetária sobre obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos	16	(734)	-	-	-
Juros sobre passivos de arrendamento		(1.619)	(1.643)	-	-
Outras despesas financeiras		(2.733)	(6.145)	251	-
		<u>(57.186)</u>	<u>(63.820)</u>	<u>(27.090)</u>	<u>(30.267)</u>
		<u>(45.222)</u>	<u>(54.077)</u>	<u>(23.759)</u>	<u>(28.145)</u>

8 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses ou cuja estratégia seja a utilização dos recursos dentro desse prazo, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, em moeda nacional, indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, os equivalentes de caixa possuem taxa de remuneração média 98,60% CDI (99,30% em 31 de dezembro de 2024).

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Caixa				
Caixa e bancos	601	4.026	129	157
	601	4.026	129	157
Equivalentes de caixa				
Quotas de fundos de investimentos (i)	30.453	32.629	4.468	136
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	12.183	60.736	37	17.000
	42.636	93.365	4.505	17.136
Caixa e equivalentes de caixa	43.237	97.391	4.634	17.293

(i) As quotas de fundo de investimento pertencem majoritariamente ao fundo exclusivo da Auren, Fundo Odessa Auren, além de outros fundos. As operações são compostas, substancialmente, por operações compromissadas e títulos públicos com liquidez diária.

9 Aplicações financeiras

Política contábil

As aplicações financeiras, em sua maioria, apresentam liquidez imediata, sendo classificadas no ativo circulante. Contudo, são reconhecidas como aplicações financeiras quando não atendem a definição de caixa e equivalentes caixa e/ou quando são mantidas com a intenção de investimento, considerando a destinação prevista dos recursos.

Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras possuem taxa de remuneração média 99,60% do CDI.

	Consolidado	Controladora
	2025	2025
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs")	3.871	1
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs - Fundo Odessa Auren	6.634	973
	10.505	974

As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

10 Fundo de liquidez – conta reserva

O fundo de liquidez – conta reserva é constituído com o objetivo de garantir recursos para obrigações específicas, funcionando como uma reserva estratégica. Por sua natureza, os valores alocados nesse grupo não possuem liquidez imediata, sendo classificados no ativo circulante e não circulante. Esses recursos não se enquadram na definição de caixa e equivalentes de caixa, pois são mantidos com destinação vinculada e não para uso operacional corrente.

As aplicações que compõem o fundo de liquidez podem incluir títulos públicos ou privados, geralmente indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, o fundo de liquidez – conta reserva possui taxa de remuneração média de 98,71% do CDI.

	Consolidado	
	2025	2024
Fundo de liquidez - Conta reserva (i)		
Não circulante	11.164	9.926
	11.164	9.926

- (i) As controladas possuem alguns contratos de financiamentos que preveem a obrigação de manutenção de contas reserva e/ou fundos de liquidez como garantia, os quais devem ser mantidos durante todo o prazo de vigência dos respectivos contratos.

10.1 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas, aplicações financeiras e fundo de liquidez – conta reserva:

	Consolidado		Controladora	
	Rating local		Rating local	
	2025	2024	2025	2024
AAA	64.872	107.317	5.574	17.293
Sem rating	34	-	34	-
	64.906	107.317	5.608	17.293

Os ratings foram extraídos de agências de rating (*Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings*). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado por elas.

11 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores originados pela transação de venda de energia elétrica no curso normal das atividades das controladas da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Mensalmente, a área de Vendas da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pelas controladas da Companhia, normalmente, possuem prazo de recebimento até 45 dias.

(a) Composição

	2025	Consolidado 2024
Partes relacionadas (Nota 17)	19.338	9.990
Energia de curto prazo – CCEE	757	-
	20.095	9.990

(b) Vencimentos de contas a receber

	2025	Consolidado 2024
A vencer	20.095	9.990
	20.095	9.990

12 Investimentos

Política contábil

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e suas controladas. Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados.

Os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua coligada, empreendimento controlado em conjunto ou controlada.

(a) Composição

	Controladora							
	Informações em 31 de dezembro de 2025				Resultado de equivalência patrimonial		Saldo	
	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)				
					2025	2024		2025
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
Controladas								
Tucano F6 Geração de Energia SPE S.A.	118.645	5.779	100,00	100,00	5.779	2.096	118.645	120.754
Tucano F7 Geração de Energia SPE S.A.	130.131	11.393	100,00	100,00	11.393	7.801	130.130	136.509
Tucano F8 Geração de Energia SPE S.A.	119.876	8.932	100,00	100,00	8.932	5.200	119.876	121.234
Mais valia dos ativos adquiridos e intangíveis de direitos de exploração (i)								
Tucano F6 Geração de Energia SPE S.A.					(292)	(292)	8.585	8.876
Tucano F7 Geração de Energia SPE S.A.					(321)	(321)	9.452	9.773
Tucano F8 Geração de Energia SPE S.A.					(297)	(297)	8.717	9.013
					25.194	14.187	395.405	406.159

- (i) O saldo da mais valia é reclassificado para a rubrica de intangível no consolidado. O saldo do intangível no consolidado é de R\$ 27.106 sendo composto por: (i) R\$ 26.754 referente a mais valia; (ii) R\$ 323 referente ao custo de servidão, e (iii) R\$ 29 referente a *softwares*.

(b) Movimentação

	Controladora	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	406.159	436.976
Equivalência patrimonial	25.194	14.187
Redução de capital	(11.150)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	(24.798)	(45.004)
Saldo no final do exercício	395.405	406.159

13 Imobilizado

Política contábil

É apresentado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da autorização. As taxas de depreciações utilizadas pela Companhia são definidas pela ANEEL por meio da resolução normativa Nº674/2015 de 11 de agosto de 2015.

A Companhia reconhece uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado (Vide nota 16 – Obrigações com desmobilização de ativos).

Os bens e as instalações utilizados na geração de energia e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga os bens constituídos pela geradora eólica sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda por *impairment* é reconhecida pelo montante excedente entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não identificou a necessidade de provisões para *impairment* para os ativos imobilizados.

(a) Composição e movimentação

							Consolidado	
	Máquinas e Equipamentos	Edifícios e construções	Desmobilização de ativos	Móveis e utensílios	Veículos	Obras em andamento	2025	2024
Saldo no início do exercício								
Custo	739.133	26.673	6.910	83	44	18	772.861	730.691
Depreciação acumulada	(51.485)	(1.846)	(267)	(16)	(16)	-	(53.630)	(28.872)
Saldo líquido no início do exercício	687.648	24.827	6.643	67	28	18	719.231	701.819
Adições (ii)	-	-	-	-	-	87	87	38.498
Depreciação	(30.927)	(919)	(256)	(6)	(8)	-	(32.116)	(24.758)
Remensurações (i)	-	-	4.595	-	-	-	4.595	102
Transferências	(67)	73	-	-	-	(6)	-	3.569
Saldo no final do exercício	656.654	23.981	10.982	61	20	99	691.797	719.230
Custo	739.066	26.746	11.505	83	44	99	777.543	772.860
Depreciação acumulada	(82.412)	(2.765)	(523)	(22)	(24)	-	(85.746)	(53.630)
Saldo líquido no final do exercício	656.654	23.981	10.982	61	20	99	691.797	719.230
Taxas médias anuais de depreciação - %	5,0	3,0	3,0	6,0	14,0			

- (i) Em 31 de dezembro de 2025, foi realizada a revisão das premissas relacionadas à provisão para desmobilização de ativos, que resultou no incremento do provisionado no passivo de R\$ 4.595 (Nota 16), que foi reconhecido contra o ativo imobilizado, na classe de “Desmobilização de ativos”.
- (ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não houve desembolso caixa, o montante de R\$ 87 refere-se a saldos que não resultaram em saída de caixa.

14 Arrendamentos

Política contábil

A Companhia e suas controladas mantêm controles para a identificação de contratos de arrendamento que permitam a avaliação da aplicabilidade da norma de arrendamentos para cada contrato firmado. Conforme permitido pela norma, são desconsiderados do escopo: (i) arrendamentos de curto prazo (inferiores a 12 meses); e (ii) arrendamentos para os quais o ativo subjacente é de baixo valor. Quando da identificação dos ativos de direito de uso dentro do escopo de contratos identificados, também são desconsiderados: (i) a parcela variável de pagamentos; (ii) contratos em que o ativo de arrendamento foi considerado como não identificável; (iii) contratos em que a Companhia e suas controladas não tem direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos provenientes do uso do ativo; e (iv) contratos em que a Companhia e suas controladas não tem o controle substancial sobre a definição do uso do ativo. Para os arrendamentos considerados como fora de escopo, a contabilização ocorre mensalmente na competência da utilização do direito de uso do ativo arrendado, diretamente no resultado.

Para os contratos considerados como escopo da norma de arrendamentos, a Companhia e suas controladas realizam o registro, na competência que passam a poder exercer o direito de usar o ativo arrendado, de um passivo de arrendamento que reflita os futuros pagamentos acordados, em contrapartida a um ativo de direito de uso. O ativo é amortizado mensalmente de acordo com o prazo de arrendamento, que é definido com base na combinação entre o prazo não cancelável, prazo coberto pela opção de prorrogação, prazo coberto pela opção de rescisão e, principalmente, a intenção da Administração quanto ao prazo de permanência em cada contrato.

O passivo é ajustado, na competência do registro do contrato, para o valor presente da obrigação com base na taxa de juros implícita no contrato ou na taxa incremental, que deve refletir o custo de aquisição pela Companhia e suas controladas de dívida com características similares a aquelas determinadas pelo contrato de arrendamento, no que tange a prazo, valor, garantia e ambiente econômico. A liquidação do passivo ocorre conforme o fluxo de pagamentos realizados para o arrendador.

A despesa de amortização do direito de uso é registrada como parte do custo com energia elétrica, despesas gerais e administrativas e como outras despesas operacionais, conforme as características do uso do ativo arrendado, e a despesa de juros pela atualização ao valor presente do passivo de arrendamento é registrada no resultado financeiro.

a) Direito de uso sobre contratos de arrendamento

	Consolidado		
		2025	2024
	Terras e terrenos	Total	Total
Saldo no início do exercício			
Custo	13.153	13.153	13.389
Amortização acumulada	(1.860)	(1.860)	(1.404)
Saldo líquido no início do exercício	11.293	11.293	11.985
Remensuração de contrato	-	-	(236)
Amortização	(449)	(449)	(456)
Saldo no final do exercício	10.844	10.844	11.293
Custo	13.153	13.153	13.153
Amortização acumulada	(2.309)	(2.309)	(1.860)
Saldo líquido no final do exercício	10.844	10.844	11.293
Taxas médias anuais de amortização - %	3,3%		

b) Arrendamentos - passivos

	Consolidado	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	17.685	17.852
Juros pagos	(1.619)	(1.643)
Liquidações	(192)	(403)
Remensuração de contrato	-	236
Atualização monetária (Nota 7)	1.619	1.643
Saldo no final do exercício	17.493	17.685
Circulante	212	193
Não circulante	17.281	17.492
	17.493	17.685

As controladas da Companhia possuem contratos de arrendamento de terrenos com vencimento até 2050, com pagamento médio de R\$ 1.813 por ano, conforme demonstrado na nota explicativa de risco de liquidez (Nota 20.2(e)).

15 Financiamentos e debêntures

Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos e debêntures estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

(a) Composição

											Consolidado	
											2025	
		Circulante				Não circulante						
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Total	Valor justo	
BNB	IPCA + 2,66%	15.991	(121)	2.138	18.008	301.368	(2.223)	26.587	325.732	343.740	253.699	
Debentures	IPCA + 6,59%	17.131	(537)	7.554	24.148	229.896	(7.916)	-	221.980	246.128	234.519	
		33.122	(658)	9.692	42.156	531.264	(10.139)	26.587	547.712	589.868	488.218	

											Consolidado	
											2024	
		Circulante				Não circulante						
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Total	Valor justo	
BNB	IPCA + 2,66%	15.437	(172)	1.742	17.007	317.360	(2.283)	28.000	343.077	360.084	357.743	
Debentures	IPCA + 6,59%	14.920	(718)	7.629	21.831	236.693	(7.857)	-	228.836	250.667	236.914	
		30.357	(890)	9.371	38.838	554.053	(10.140)	28.000	571.913	610.751	594.657	

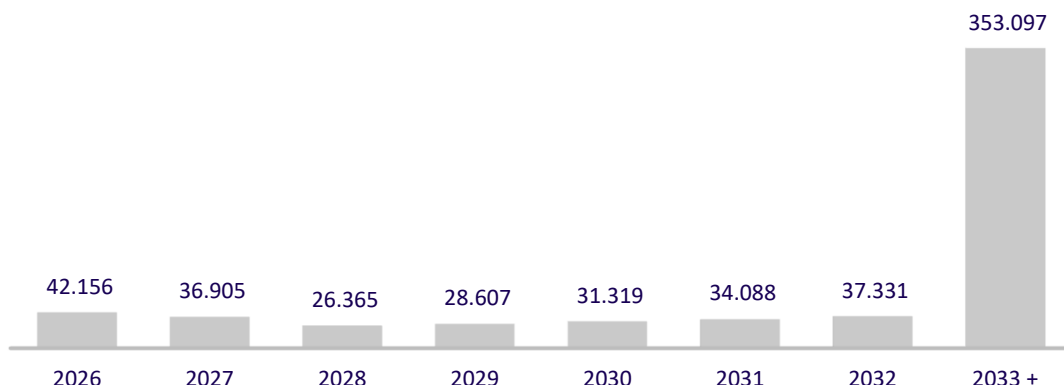
											Controladora	
											2025	
		Circulante				Não circulante						
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Total	Valor justo	
Debêntures	IPCA + 6,59%	17.131	(537)	7.554	24.148	229.896	(7.916)	-	221.980	246.128	234.519	
		17.131	(537)	7.554	24.148	229.896	(7.916)	-	221.980	246.128	234.519	

Controladora											
2024											
		Circulante				Não circulante					
Modalidade	Encargos anuais médios	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Total	Valor justo
Debentures	IPCA + 6,59%	14.920	(718)	7.629	21.831	236.693	(7.857)	-	228.836	250.667	236.914
		14.920	(718)	7.629	21.831	236.693	(7.857)	-	228.836	250.667	236.914

BNB – Banco Nacional Do Nordeste do Brasil

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

(b) Perfil de vencimento - consolidado



O perfil de vencimento da dívida apresenta o saldo a ser pago, sendo considerada a amortização do principal e a projeção de juros.

(c) Movimentação

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	610.751	624.879	250.667	253.813
Provisões de juros (Nota 7)	40.851	42.446	16.204	17.131
Atualização monetária	10.596	12.331	10.596	12.331
Adição dos custos de captações	(416)	980	(417)	797
Apropriações dos custos de captações (Nota 7)	649	(3)	537	-
Juros pagos (Nota 7)	(42.767)	(34.621)	(17.191)	(9.319)
Liquidações	(29.796)	(35.261)	(14.268)	(24.086)
Saldo no final do exercício	589.868	610.751	246.128	250.667

(d) Garantias

Modalidade	Ativo ou Projeto	Garantia
Debêntures	-Tucano Holding III	Garantia Unipar
BNB	- Tucano F6 (BNB); - Tucano F7 (BNB); - Tucano F8 (BNB)	Fiança Bancária; Conta Reserva

(e) Condições restritivas (não auditado)

Os contratos de financiamentos da Companhia possuem cláusulas restritivas financeiras e não financeiras.

As cláusulas restritivas financeiras incluem o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). No período findo em 31 de dezembro de 2025, as condições contratuais foram cumpridas.

16 Obrigações com desmobilização de ativos

Política contábil

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com

o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades dos parques eólicos. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões e são revisadas anualmente pelas controladas.

(a) Composição e movimentação

	Desmobilização de ativos	Obrigações socioambientais	(-) Ajuste a valor presente	Consolidado	
				2025	2024
Saldo no início do exercício	15.675	6.166	(14.121)	7.720	7.618
Atualização monetária (Nota 7)	149	395	-	544	-
Remensuração (i)	36.982	-	(32.387)	4.595	102
Realização do ajuste a valor presente (Nota 7)	-	-	190	190	-
Saldo no final do exercício	52.806	6.561	(46.318)	13.049	7.720
Não circulante	52.806	6.561	(46.318)	13.049	7.720
	52.806	6.561	(46.318)	13.049	7.720

- (i) Em 31 de dezembro de 2025, foram revisadas as premissas utilizadas no cálculo da provisão para desmobilização de ativos dos parques eólicos. Os custos estimados passaram a ser atualizados pelo IPCA mensal, refletindo de forma mais adequada as variações econômicas e reduzindo incertezas associadas às projeções de longo prazo. O saldo do passivo foi descontado a valor presente utilizando a taxa da NTN-B, sem projeção futura de IPCA e sem prêmio de risco. Essa atualização resultou na redução da taxa de desconto aplicada e, consequentemente, no aumento do valor do passivo de desmobilização de ativos (Nota 13).

17 Partes relacionadas

Política contábil

Com o objetivo de aprimorar e fortalecer a governança corporativa do grupo, a Companhia possui uma política de partes relacionadas, que visa estabelecer e consolidar as diretrizes a serem observadas nas transações com partes relacionadas, resumidas a seguir: (i) evitar situações com potencial conflito de interesses; (ii) assegurar transparência aos acionistas, investidores e ao mercado em geral; e (iii) formalizar o compromisso das empresas em divulgar tais transações em seus relatórios financeiros.

A Companhia não apresenta despesas relacionadas à remuneração do pessoal-chave da Administração, uma vez que tais profissionais são remunerados diretamente pela sociedade que exerce o controle conjunto.

18 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado.

As controladas da Companhia optaram pelo recolhimento do imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido e auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(a) Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões. Destaca-se que a *holding* apurou prejuízo fiscal e não tem expectativa de realização desse prejuízo, não registrando, portanto, imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício da controladora apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	Consolidado			
			2025	
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas Tributadas 100% (Financeira)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita Tributável	136.568	136.568	8.644	8.644
% de Presunção da Base	8%	12%		
Base de cálculo Presumida	10.925	16.388	8.644	8.644
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%	
Outros	10	5	-	-
IRPJ e CSLL no resultado	2.631	1.459	2.162	778

	Consolidado			
			2024	
	Receitas de Venda (Venda de Energia)		Receitas Tributadas 100% (Financeira)	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Total Receita Tributável	166.382	166.382	7.090	7.090
% de Presunção da Base	8%	12%		
Base de cálculo Presumida	13.311	19.966	7.090	7.090
Alíquota Nominal dos Tributos	15%	9%	15%	9%
Adicional IRPJ	10%		10%	
IRPJ e CSLL corrente	3.255	1.797	1.772	638
Diferido	(1.102)	(594)	-	-
IRPJ e CSLL no resultado	2.153	1.203	1.772	638

	Controladora	
	2025	2024
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	8.368	(8.513)
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(2.845)	2.894
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos		
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de diferido	(8.111)	(9.746)
Outras adições permanentes, líquidas	(309)	59
Exclusões (adições) temporárias sem constituição de diferido	-	7
Efeito de empresas tributadas pelo lucro presumido	4.234	1.020
IRPJ e CSLL apurados	(7.031)	(5.766)
Correntes	(7.030)	(7.462)
Diferidos	(1)	1.696
IRPJ e CSLL no resultado	(7.031)	(5.766)

19 Patrimônio líquido

(a) Capital social

É representado exclusivamente por ações de capital que são classificadas no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 176.935 (R\$ 176.935 em 31 de dezembro de 2024), composto por 176.935 (176.935 em 31 de dezembro de 2024) ações ordinárias e sem valor nominal.

	Consolidado e controladora							
	Capital social integralizado		Ordinárias		Preferenciais		Quantidade de ações - em unidades	
			%		%	Total	%	
Acionistas Controladores								
Tucano Holding I S.A.	88.467	4.423.376	5,00%	84.044.135	95,00%	88.467.511	50,00%	
Unipar Carbocloro S.A.	88.468	84.044.135	95,00%	4.423.376	5,00%	88.467.511	50,00%	
	176.935	88.467.511	100,00%	88.467.511	100,00%	176.935.022	100,00%	

(b) Reserva legal

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

(c) Distribuição de lucros

É reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social.

	2025
Lucro líquido do exercício	1.337
Reserva legal - 5%	(67)
Lucro ajustado do exercício (Saldo para distribuição de dividendos)	1.270
(-) Dividendos mínimos obrigatórios	(1.270)
(=) Saldo de lucros acumulados	-

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, o resultado do exercício é destinado integralmente aos seus acionistas, não se aplicando o critério de distribuição mínima obrigatória de 25% do lucro líquido após a constituição da reserva legal. Dessa forma, os valores referentes à distribuição são reconhecidos como passivo somente na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral.

Em 31 de dezembro de 2025, após a destinação da reserva legal, a Companhia provisionou os dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$ 1.270, reconhecido em dividendos a pagar.

20 Instrumentos financeiros e gestão de risco

20.1 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

(i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

	Nível	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Ativos					
Ao custo amortizado					
Contas a receber de clientes (Nota 11)		20.095	9.990	-	-
		20.095	9.990		
Ao valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa (i) (Nota 8)	1	42.636	93.365	4.505	17.136
Aplicações financeiras (Nota 9)	1	10.505	-	974	-
Fundo de liquidez - Conta reserva (Nota 10)	1	11.164	9.926	-	-
		64.305	103.291	5.479	17.136
		84.400	113.281	5.479	17.136
Passivos					
Ao custo amortizado					
Financiamentos e debentures (ii) (Nota 15)		589.868	610.751	246.128	250.667
Arrendamentos		17.493	17.685	-	-
Fornecedores		12.529	18.948	3	1
Partes relacionadas (Nota 17)		3.798	5.352	33	47
Dividendos a pagar (Nota 17)		1.270	-	1.270	-
		624.958	652.736	247.434	250.715

- (i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.
- (ii) O valor justo desta rubrica está apresentado na Nota 15 (a).

A Companhia e suas controladas divulgam as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

20.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de crédito, (b) risco de liquidez, (c) risco regulatório, (d) risco socioambiental, (e) risco em renováveis não-hídricas e (f) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia e suas controladas, seguem a Política de Gestão de Riscos da Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de *rating*: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração da Auren. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 11. Os *ratings* divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia e de suas controladas no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Consolidado				
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025					
Financiamentos (i)	67.936	134.440	123.445	643.636	969.457
Fornecedores	12.529	-	-	-	12.529
Arrendamentos (i)	1.813	3.626	5.437	30.809	41.685
Partes relacionadas	-	2	3.798	3	3.803
	82.278	138.068	132.680	674.448	1.027.474
Em 31 de dezembro de 2024					
Financiamentos (i)	17.178	36.479	54.461	253.603	361.721
Fornecedores	18.948	-	-	-	18.948
Arrendamentos (i)	1.813	3.626	5.437	32.617	43.493
Partes relacionadas	844	-	4.508	-	5.352
	38.783	40.105	64.406	286.220	429.514

	Controladora				
	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	A partir de 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025					
Financiamentos (i)	32.512	56.104	54.268	294.265	437.149
Fornecedores	3	-	-	-	3
Partes relacionadas	-	1	33	3	37
	32.515	56.105	54.301	294.268	437.189
Em 31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	1	-	-	-	1
Partes relacionadas	7	-	40	-	47
	8	-	40	-	48

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

(c) Risco regulatório

As atividades das controladas da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

(d) Risco socioambiental

As controladas da Companhia estão sujeitas a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores a multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A administração da Companhia e de suas controladas realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

As controladas da Companhia consideram estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

(e) Risco de não performance dos parques eólicos

As controladas da Companhia possuem em seus contratos de autorização de geração de energia eólica, cláusulas específicas de performance, as quais delimitam uma geração mínima ao decorrer do ano e do quadriênio, vinculado a garantia física comprometida nos leilões em que tais subsidiárias possuem negociação. Os parques eólicos estão expostos a fatores climáticos, tais fatores podem trazer oscilação na velocidade do vento, gerando assim o risco de não atendimento do que está determinado no contrato e há a possibilidade de comprometer as receitas futuras das controladas da Companhia.

(f) Risco em renováveis não-hídricas

(i) Risco de não performance dos parques eólicos

A Companhia possui em seus contratos de autorização de geração de energia eólica, cláusulas específicas de performance, as quais delimitam uma geração mínima ao decorrer do ano e do quadriênio, vinculado a garantia física comprometida nos leilões em que possui negociação. Os parques eólicos estão expostos a fatores climáticos, tais fatores podem trazer oscilação na velocidade do vento, gerando assim o risco de não atendimento do que está determinado no contrato e há a possibilidade de comprometer as receitas futuras da Companhia.

(ii) *Constrained-off* de usinas eólicas

Os eventos de *constrained-off* de usinas eólicas assim como de outras fontes de energia são decorrentes dos comandos do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS para redução de geração devido limitações de escoamento dessa geração na rede de transmissão ou ainda devido à redução de carga observada no Sistema Interligado Nacional – SIN.

Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

(g) Risco de mercado

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo operações sujeitas à variação das taxas de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de contratos operacionais, financiamentos e debêntures. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia e suas controladas ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas os quais são permanentemente monitorados.

20.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa, aplicação financeira e conta reserva, financiamentos e debêntures são taxas de juros CDI, e IPCA. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2025 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2025, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2026;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025.

			Consolidado					
			Impactos no resultado					
			Cenário I		Cenários II & III			
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Choque nas curvas de 31/12/2025	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros								
CDI 14,90%	Equivalentes de caixa, aplicação financeira e conta reserva	64.305	151 bps*	(469)	(2.395)	(4.791)	2.395	4.791
IPCA + 2,66% e IPCA + 6,59	Financiamentos e debêntures (i)	600.665	54 bps*	(369)	6.397	12.794	(6.397)	(12.794)

			Controladora					
			Impactos no resultado					
			Cenário I		Cenários II & III			
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Choque nas curvas de 31/12/2025	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros								
CDI 14,90%	Equivalentes de caixa, aplicação financeira e conta reserva	5.479	151bps*	(40)	(204)	(408)	204	408
IPCA 6,59%	Debêntures (i)	254.581	54bps*	(369)	2.711	5.423	(2.711)	(5.423)

(i) Valores desconsideram os custos de captação